

## **NEHEMIAS DOMINGOS DE MELO**

*Advogado, palestrante, conferencista e parecerista. Professor de Direito Civil, Direito Processual Civil e Direitos Difusos nos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Paulista - UNIP. É também professor convidado da Escola Paulista de Direito (EPD), das Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) e de outros cursos de pós-graduação. Coordenador do Núcleo de Teoria Geral do Direito na Escola Superior de Advocacia (ESA/SP).*

# **DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO**

▶ **POR DANOS CAUSADOS  
EM ACIDENTES DE CONSUMO**

**2ª EDIÇÃO**

1ª. edição 2010 – Editora Atlas

**Defesa do Consumidor em Juízo por Danos Causados em Acidentes de Consumo****2ª edição**

© Nehemias Domingos de Melo

EDITORA MIZUNO 2024

Revisão técnica: Nehemias Domingos de Melo

Revisão de português: Eliane Chainça

57424

<b>Catálogo na publicação</b> <b>Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	
M528d	<p>Melo, Nehemias Domingos De</p> <p>Defesa do consumidor em juízo por danos causados em acidentes de consumo / Nehemias Domingos de Melo. – 2. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2024.</p> <p>307 p.; 17 X 24 cm</p> <p>ISBN 978-65-5526-821-8</p> <p>1. Defesa do consumidor - Legislação - Brasil. 2. Danos morais. 3. Acidentes de consumo. I. Melo, Nehemias Domingos de. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 342.81085</p>
<p><b>Índice para catálogo sistemático</b></p> <p>I. Defesa do consumidor - Legislação - Brasil</p>	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme / SP - 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

## PARTE I DOS FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO CONSUMERISTA

### CAPÍTULO 1

#### O Surgimento do Movimento Consumerista

1. A revolução industrial.....	23
2. O consumerismo na antiguidade.....	24
3. O surgimento do consumerismo moderno .....	26
4. A legislação consumerista brasileira.....	28

### CAPÍTULO 2

#### Dos Partícipes nas Relações de Consumo

1. Introdução ao tema.....	35
2. O consumidor .....	35
2.1 O consumidor <i>stricto sensu</i> .....	37
2.2 Consumidor pessoa jurídica ou profissional.....	38
2.2.1 Teoria minimalista ou finalista – subjetiva.....	38
2.2.2 Teoria maximalista ou objetiva.....	41
2.2.3 Teoria da causa final .....	42
2.3 Consumidor por equiparação.....	44
2.3.1 Da coletividade de pessoas .....	44
2.3.2 Das vítimas do acidente de consumo ( <i>bystander</i> ).....	45
2.3.3 Das pessoas expostas às práticas abusivas .....	47
2.4 Da importância da equiparação .....	48
3. O fornecedor.....	51
4. O produto.....	52
5. O serviço .....	53
5.1 Serviços públicos .....	54
5.2 Serviços bancários .....	56

**CAPÍTULO 3****Da Proteção Legal ao Consumidor**

1. A Constituição Federal de 1988 e o consumidor .....	59
2. O Código de Defesa do Consumidor .....	61

**CAPÍTULO 4****Dos Princípios Informativos nas Relações de Consumo**

1. Os princípios gerais de direito .....	65
2. Dos princípios constitucionais aplicáveis às relações de consumo .....	66
2.1 Princípio da soberania .....	67
2.2 Princípio da cidadania .....	68
2.3 Princípio da dignidade da pessoa humana .....	68
2.4 Princípio da isonomia .....	71
2.5 Princípios gerais da ordem econômica .....	72
3. Dos princípios na legislação consumerista .....	73
3.1 Princípio da boa-fé objetiva .....	74
3.1.1 Dos deveres anexos à boa-fé .....	75
3.1.1.1 Dever anexo da transparência .....	76
3.1.1.2 Do dever de informação .....	78
3.1.1.3 Do dever de segurança .....	80
3.2 Princípio da Vulnerabilidade .....	82
3.3 Princípio da equidade .....	85

**CAPÍTULO 5****Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo**

1. Histórico da responsabilização civil .....	87
2. A responsabilidade objetiva no CDC .....	91
3. Das excludentes previstas no CDC .....	94
3.1 Não colocação do produto no mercado .....	95
3.2 Inexistência do defeito apontado .....	96
3.3 Culpa exclusiva da vítima ou de terceiro .....	97
4. Outras possíveis excludentes (não previstas no CDC) .....	98
4.1 Culpa concorrente .....	99
4.2 Caso fortuito e força maior .....	100
5. Dano indenizável .....	103
5.1 Dano material ou patrimonial .....	104
5.2 Dano moral ou extrapatrimonial .....	105
5.2.1 Dano moral ou meros dissabores: como identificar? .....	107

5.2.2 Por que indenizar o dano moral? .....	108
5.2.3 Desnecessidade de prova do dano moral.....	109
5.2.3.1 Dano moral pela contaminação de alimento com corpo estranho.....	110
5.2.3.2 Uso indevido de marca dispensa prova de dano material e moral.....	111
5.2.3.3 Recusa do plano de saúde a autorizar tratamento médico emergencial.....	111
5.2.3.4 Comercialização de dados pessoais em banco de dados.....	112
5.2.3.5 Conclusão.....	113
5.2.4 Da fixação do valor indenizatório por dano moral.....	113
5.3 Dano estético .....	115
5.4 Da cumulatividade do dano material, moral e estético.....	116
5.5 Dano reflexo ou a ricochete .....	118

## **PARTE II**

### **DOS ACIDENTES PELO FATO DE PRODUTO OU DE SERVIÇO E A PROTEÇÃO CONSUMERISTA**

#### **CAPÍTULO 6**

##### **Responsabilidade do Fornecedor pelo Fato de Produto**

1. Da responsabilidade pelo fato do produto.....	123
2. Dos responsáveis pelo dever indenizatório.....	125
2.1 Fornecedor real.....	125
2.1.1 O fabricante.....	125
2.1.2 O produtor.....	127
2.1.3 O construtor .....	127
2.2 Fornecedor aparente.....	128
2.3 Fornecedor presumido .....	129
2.4 O comerciante.....	129
3. Defeitos de produtos (tipologia).....	130
3.1 Defeitos por falha de criação.....	131
3.2 Defeitos por falha de produção .....	132
3.3 Defeitos por falha de informação .....	133
3.4 Defeitos por falta de segurança .....	134
3.5 Risco de desenvolvimento .....	135
4. Vejamos um exemplo concreto .....	138
4.1 Dever de informar.....	138
4.2 Culpa concorrente.....	139
5. Diferenças entre vício e defeito de produto.....	139

**CAPÍTULO 7****Responsabilidade do Fornecedor pelo Fato de Serviço**

1. Do fato do serviço.....	143
2. Do defeito do serviço e sua tipologia.....	144
3. Dos responsáveis pelo dever indenizatório.....	145
4. A exceção quanto aos profissionais liberais.....	147
4.1 O profissional liberal.....	147
4.2 Obrigação de meio e obrigação de resultado.....	149
5. Serviços públicos.....	150

**PARTE III**  
**DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO**

**CAPÍTULO 8****Da Competência do Juízo**

1. Competência.....	155
2. Foro privilegiado para o consumidor individualmente considerado.....	155
3. Competência da justiça estadual em casos de superendividamento do consumidor.....	157
4. Competência nas ações coletivas.....	158

**CAPÍTULO 9****Da Solidariedade entre os Participantes na Cadeia de Produção/Distribuição**

1. Notas introdutórias.....	161
2. Solidariedade condicionada do comerciante pelo fato de produto.....	162
3. Responsabilidade solidária do fornecedor por seus prepostos.....	164
4. Teoria da aparência.....	165

**CAPÍTULO 10****Valor da Causa e Sucumbência**

1. Regras gerais do valor da causa.....	169
1.1 Correção de ofício pelo juiz.....	170
1.2 Impugnação ao valor da causa.....	171
1.3 Importância da atribuição de valor a qualquer causa.....	171
2. Do valor da causa nas ações por danos morais.....	172
3. Sucumbência.....	174
4. Sucumbência nas ações por danos morais.....	175

**CAPÍTULO 11****Da Justiça Gratuita**

1. A democratização de acesso à justiça.....	177
--	-----

2. Da gratuidade de justiça no novo CPC .....	178
3. Da concessão de justiça gratuita a todos que dela necessitem.....	181
4. A justiça gratuita e o Código de Defesa do Consumidor .....	182
5. Da interpretação do texto legal.....	184
6. Da diferença entre “assistência judiciária gratuita” e “gratuidade de justiça” .....	186
7. Notas conclusivas.....	187

## **CAPÍTULO 12**

### **Das Tutelas Provisórias**

1. Disposições gerais .....	189
2. Conceito de tutela provisória.....	192
3. Características.....	193
4. Espécies de tutelas provisórias .....	194
4.1 De urgência ou evidência.....	194
4.2 Antecedente ou incidente .....	195
4.3 Antecipada ou cautelar.....	196
5. Recorribilidade das provisórias .....	196
6. Poder geral de cautela do juiz .....	196
7. Dever de fundamentação do juiz.....	197
8. Competência do juízo.....	197
9. Das tutelas de urgência.....	197
9.1 Efetivação das medidas cautelares.....	198
9.2 Responsabilidade pelos danos causados .....	199
9.3 Tutela antecipada em caráter antecedente.....	199
9.3.1 Negativa de concessão da tutela antecipada antecedente.....	200
9.3.2 Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	200
9.3.3 Revisão da tutela estabilizada .....	201
9.4 Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	202
9.4.1 Citação do réu.....	202
9.4.2 Aditamento da petição inicial antecedente.....	202
9.4.3 Eficácia de tutela concedida .....	203
9.4.4 Indeferimento da tutela cautelar.....	203
9.5 Fungibilidade das tutelas provisórias .....	203
10. Tutela de evidência.....	203
10.1 Diferenças entre tutela de evidência e tutela de urgência .....	204
10.2 Concessão liminar.....	205
10.3 Tutela de evidência e julgamento antecipado .....	205
11. Tutelas provisórias contra a fazenda pública.....	206

**CAPÍTULO 13****Vedação do Instituto de Denúnciação à Lide**

1. A denúnciação da lide.....	207
2. A proibição de denúnciação à lide no CDC .....	208
3. Exceção segundo a jurisprudência do STJ .....	209
4. Do chamamento ao processo.....	210

**CAPÍTULO 14****Inversão do Ônus da Prova**

1. A questão do ônus da prova.....	211
2. Ônus da prova nas ações por acidentes de consumo .....	212
3. Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i> .....	213
4. Inversão do ônus da prova em face dos profissionais liberais .....	215
5. Momento da inversão .....	218
6. Dos custos com a realização da prova.....	219
7. Determinação de ofício ou a requerimento da parte .....	221
8. Carga probatória dinâmica .....	222

**CAPÍTULO 15****Da Prescrição e Decadência**

1. Notas introdutórias .....	225
2. Decadência.....	226
3. Prescrição.....	228
3.1 Prescrição nas relações securitárias.....	230
3.2 Prazo para ajuizamento da ação de indenização em face de inscrição indevida em banco de dados .....	232
3.3 Prazo prescricional nas ações de responsabilidade civil contratual .....	233

**CAPÍTULO 16****Da Desconsideração da Personalidade Jurídica**

1. A origem da desconsideração .....	235
2. A desconsideração no Código Civil .....	236
3. A desconsideração no CDC.....	237
4. A desconsideração não anula a personalidade da empresa .....	238
5. A desconsideração no novo CPC .....	239

**CAPÍTULO 17****A Proteção Coletiva do Consumidor**

1. Histórico das ações coletivas no Brasil .....	243
2. Dos legitimados para as ações coletivas .....	245
3. Da importância das ações coletivas .....	247

**CAPÍTULO 18****Do Procedimento nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais Lei N° 9.099/95**

1. Da opção do consumidor pelo JEC .....	249
2. Dos princípios informativos dos juizados especiais .....	249
3. Do cabimento desse procedimento .....	250
4. Ações que não podem ser propostas nos juizados .....	251
5. Da competência de foro .....	252
6. Do juiz, dos conciliadores e dos juizes leigos .....	252
7. As partes .....	253
8. Da representação processual .....	253
9. Dos atos processuais, do pedido, das citações e intimações .....	254
10. Das audiências .....	255
10.1 Da audiência de conciliação .....	256
10.2 Do juízo arbitral .....	256
10.3 Da audiência de instrução e julgamento .....	256
11. Da resposta do réu .....	257
12. Das provas .....	258
13. Da sentença e dos recursos .....	258
14. Da extinção do processo sem julgamento do mérito .....	259
15. Da execução dos julgados .....	260
16. Execução de título extrajudicial .....	261
17. Das despesas processuais .....	262
18. Homologação de acordos extrajudiciais .....	262

**CAPÍTULO 19****A Jurisprudência do STJ na Questão de Danos aos Consumidores**

1. Notas introdutórias .....	263
2. Súmulas do STJ .....	264
3. Julgados e teses do STJ .....	267
4. Repetitivos anotados .....	275

**CAPÍTULO 20****Por Uma Nova Teoria da Reparação por Danos Morais**

1. Premissas Básicas .....	295
2. Proposta de alteração do Código Civil .....	298

**REFERÊNCIAS**

.....	301
-------	-----